

## **VOCÊ CONHECE A LUTA DO SINTET PELA EQUIPARAÇÃO ENTRE PRONO E PROEB REDE ESTADUAL?**

*Saiba como está atualmente a equiparação entre PRONO e PROEB rede estadual.*

Além de incessante luta política junto ao governo, o SINTET judicializou a questão e desde 01/02/2024 tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública de Palmas a Ação Coletiva de Obrigação de Fazer nº 0003698-11.2024.8.27.2729, que visa igualar pronos e proeb.

Outra frente de luta foi estabelecida na busca pela revisão do atual PCCR (Lei nº 2.859/14) que será discutida agora na Comissão de Revisão recém instalada pelo governador através do Decreto nº 6.802/2024, publicado no Diário Oficial nº 6.584 de 06/06/2024, que o SINTET tem assento.

A luta continua.

Acompanhe mais informações em nossos canais oficiais de notícias. Palmas/TO, 10 de junho de 2024.

(A Direção).

### **Histórico**

Na ocasião do enquadramento dos professores concursados com nível médio e graduação instituído pela Lei 1533/2004, antigo PCCR, os Professores Normalistas (PRONO) foram transferidos para uma Tabela exclusiva que os diferenciaram dos Professores da Educação Básica – PROEB, como passaram a ser chamados os novos concursados com formação inicial de Graduação a partir da nova lei.

A separação da categoria de professores trouxe também a diferenciação dos vencimentos, sobretudo, com a previsão de regressão horizontal trazida pelo anexo III da referida lei nº 1533/04. Com isso, a tabela dos Pronos até hoje não é o valor do Piso Nacional do Magistério no nível I e diferencia a remuneração do nível II (progressão vertical para graduação) em relação aos Proeb. A diferença chega a quase 600,00.

Em 2014, no governo Sandoval Cardoso, por ocasião da greve dos professores daquele ano, foi editada a Medida Provisória nº 11/2014 que foi convertida na Lei nº 2.459/14, instituindo o novo PCCR, vigente até hoje, que previa a equiparação entre prono e proeb, de forma escalonada com retroação do tempo funcional, a partir de janeiro de 2015, janeiro de 2016 e janeiro de 2017, de tal forma que seria implantada totalmente no novo governo que tomou posse em 1º de janeiro de 2015.

Contudo, uma vez vitorioso, o ex-governador Marcelo Miranda recusou a cumprir

a nova lei, alegando falta de recursos.

Para evitar desgaste, o governador deixou a cargo da Assembleia Legislativa, na apreciação do texto da MP, a decisão, de tal modo que por Decreto Legislativo, de autoria do ex-deputado José Bonifácio, diversos artigos da citada MP que instituiu o novo PCCR foram suspensos, entre eles, a equiparação entre prono e proeb, sob a alegação de ferir a LRF, por não trazer de onde viriam os recursos para a implementação da equiparação, o que a tornava, especificamente esse artigo, inconstitucional.

Desde então, o SINTET implantou em sua agenda de luta e mobilização para a rede estadual a equiparação entre Prono e Proeb.

## **Veja algumas notícias sobre o assunto publicada à época:**

<p><b>EDUCAÇÃO</b> 01/04/2014 08h07 Redação</p> <h3><b>Sem avanço nas negociações e mesmo com liminar da justiça, Sintet mantém greve dos professores</b></h3> <p>O Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Tocantins (Sinet) informou ao <i>Conexão Tocantins</i> na manhã desta terça-feira, 1º, que a greve da categoria continua. "O governo não tem proposta para nós e está mentindo", disparou o presidente do Sintet, José Roque Santiago.</p> <p>Na tarde desta segunda-feira, o Sindicato se reuniu com representantes da Secretaria Estadual da Educação mas os argumentos usados pelo governo de que maioria das reivindicações já estariam sendo atendidas piorou ainda o clima com a categoria.</p> <p>A justiça determinou que a greve é legal e orientou que os professores retornem às aulas mas o Sine informou que não vai seguir a decisão. "Não vamos cumprir decisão monocrática. Vamos recorrer liminar e manter a greve", informou.</p> <p>Dentre os principais problemas apontados pela categoria está o repasse da verba mensal para manutenção das escolas, eleição direta para diretor dentre outras.</p> <p><b>Avaliação do Sindicato</b></p> <p>Governo não melhorou a proposta, considerada um abuso pelo sindicato, em conceder a equiparação entre PRONO e PROEB parcelada em três vezes, com retroação do tempo funcional, a partir de Janeiro de 2015, janeiro de 2016 e janeiro de 2017 e ainda se autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado TCE. Além disso, a categoria já decidiu em assembleia geral que não aceita o parcelamento do retroativo da progressão do edital de 2012 em seis vezes a partir de maio. Governo também não aceita incluir na revisão do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração – PCCR, o processo de eleição democrática para diretor de escola, considerado pelo sindicato um ponto crucial para tentar por fim grande interferência política nas escolas. O único ponto de acordo é a concessão do índice da data base em 1º de Maio de acordo com a apuração das perdas inflacionárias do período de Outubro de 2013 a Abril de 2014, que o Governo promete conceder por ser um dever constitucional.</p>	<p><b>CNE</b> Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação www.cnte.org.br</p> <p>Menu</p> <h3><b>TO: SINTET protocola ofício solicitando audiência com o governador</b></h3> <p><b>Giro pelos Estados</b> 17 Fevereiro 2016 - 11:28h</p> <p>O SINTET protocolou nesta terça-feira (16/02), no Palácio Araguaia, novo ofício (Ofício SINTET Nº 029/2016) ao governador Marcelo Miranda ratificando o teor dos Ofícios 001/2016 e 002/2016, ambos de 04/01/2016, que tratam da pauta dos trabalhadores da rede pública estadual de ensino e que reitera pedido urgente de audiência com o governador acerca das demandas da categoria.</p> <p>O ofício solicita ainda informações quanto ao Decreto Nº 5.369 de 27 de janeiro de 2016, que exige redução e contenção de gastos públicos, se o mesmo atinge o já negociado com a categoria da Educação (como salário passivo das progressões 2013 e 2014), a concessão das progressões 2015, bem como o pagamento do retroativo da data-base 2015? O mesmo ainda atingirá a negociação da data-base 2016?</p> <p>Confira a pauta dos trabalhadores servidores da educação estadual, especialmente da represetada de 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pagamento das duas parcelas restantes do retroativo das progressões 2013;</li><li>• Pagamento da primeira parcela do retroativo das progressões 2014 que estava acertada para dezembro/2015;</li><li>• Pagamento do retroativo da data-base 2015;</li><li>• Reajuste em 2016 com a correção mínima correspondente ao valor custo aluno/ano medido pelo MEC, que este ano é de 11,36%;</li><li>• Veto ao Projeto de Lei de autoria do Poder Legislativo que revoga o dispositivo da Lei nº 2.859/2014 (PCCR da Educação) que trata da eleição direta para diretor de escola;</li><li>• Equiparação entre PRONO e PROEB</li><li>• Realinhamento das tabelas do PCCR (Lei 2.859/2014).</li></ul>
---	--

15/08/2015 19h36 - Atualizado em 15/08/2015 19h45

## Professores em greve desocupam órgão após dormirem no local

Eles ocuparam Secretaria Estadual da Administração na última quinta (13). Professores da rede estadual está em greve há mais de dois meses.

Do G1 TO



Professores acamparam na Secad em Palmas (Foto: Reprodução/TV Anhanguera)

Após passarem a noite na Secretaria Estadual da Administração do Tocantins (Secad), professores em greve decidiram desocupar o prédio, na tarde desta sexta-feira (14). As informações são do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintet), José Roque. Os profissionais invadiram o órgão na última quinta-feira (13) após uma manifestação em Palmas. Eles almoçaram no local e, em protesto, resolveram colocar colchões nos corredores do prédio e passar a noite no lugar.

O presidente havia dito que os educadores iriam ficar no órgão até que as reivindicações fossem atendidas, mas optaram por sair após uma reunião com a categoria. "Nós percebemos que mesmo se ficassemos lá não iria mudar nada neste sábado e domingo. Então fizemos uma reunião e decidimos sair", disse Roque. Apesar da desocupação do órgão, o presidente disse que a greve continua.

Ele ainda informou que os professores, em greve há mais de dois meses, vão fazer outra reunião na próxima segunda-feira (17) para decidir as próximas ações.



Protesto



Professores ocuparam prédio e dormiram no local (Foto: Reprodução/TV Anhanguera)

e da população sobre a greve que já dura mais de dois meses. No protesto, veículos ficaram parados por cerca de duas horas.

### Greve ilegal

Na última segunda-feira (10), a greve dos professores da rede estadual foi considerada ilegal e abusiva pelo Tribunal de Justiça do Tocantins. Na última quinta-feira, o presidente

foi notificado da decisão, mas disse que o sindicato vai recorrer e que a greve continua.

O governador Marcelo Miranda afirmou que se os professores não retornarem às salas de aula, o Estado irá cortar os pontos "Iremos, sim, cortar os pontos. Eu não gostaria de tomar essa atitude, por isso estou pedindo para que os professores voltem, para que os alunos não sejam prejudicados. Enquanto não retornarem, o governo não conversa".



Professores pedem pagamento da data-base e do retroativo das progressões (Foto: Vanda Rocha/Divulgação)

### Reivindicações

A greve começou no dia 5 de junho. O motivo da paralisação é a reivindicação da categoria sobre o pagamento da data-base integral de 8,34%, do retroativo das progressões de 2013, das progressões de 2014 e 2015, além de reajuste com base no custo aluno (Fundeb 13,01%).

Os profissionais pedem ainda a reeleição de diretores de escola sem pré-seleção de candidatos, o enquadramento dos administrativos e equiparação salarial de professor normalista (Prono) ao de professor da educação básica (Proeb).

Em nota, a Secretaria da Administração disse que a antecipação dos pagamentos das progressões não é possível porque compromete a capacidade financeira do Estado. Quanto à data-base, diz que já foi implementada 4,17% e a segunda parcela sai em outubro.